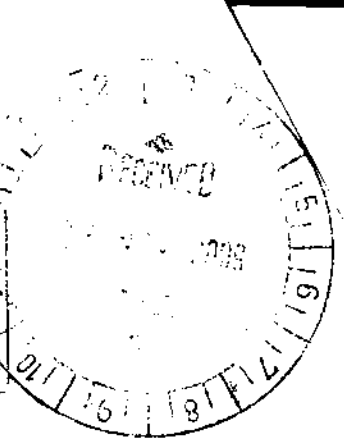
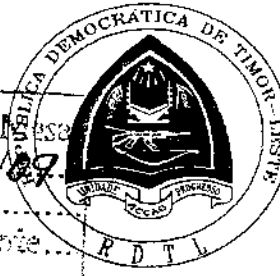


Falamos-me - a  
e distribuímos - se  
aos ilustres deputados.

06/11/2009  
- Jay -

Entrada na Mesa	ANUNCIADO
Data 6/11/09	.....
Hora.....	O Presidente
..... O Presidente.....	.....



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Ref. N.º 1981 /GPM/XI/09

A Sua Excelência  
O Presidente do Parlamento Nacional  
Dr. Fernando Lasama de Araújo

*Assunto: Projecto de "Construção das Centrais Eléctricas"*

Excelência,

Venho por este meio informar Vossa Excelência, e os Distintos Deputados do Parlamento Nacional, sobre o ponto de situação relativamente ao projecto de Construção das Centrais Eléctricas que irão fornecer electricidade estável e regular a nível nacional, como aspirado há muito por todos os timorenses.

Na sequência da alocação da verba necessária ao desenvolvimento deste objectivo, no Orçamento Geral do Estado de 2009, para a construção faseada de duas Centrais Eléctricas, das Estações Transformadoras e Linhas de Distribuição a nível nacional, estabelecemos um contracto de consultoria com a *Ele-Bonifika Joint Venture (E-B-JV)* a 16 de Julho de 2009, de forma a assegurar que os requisitos e resultados pretendidos pelo Governo fossem cumpridos pela Empresa contratada para a construção das Centrais Eléctricas, a CNI22.

Reconhecendo, desde já, que o envolvimento de uma empresa de consultoria neste processo da construção da Central Eléctrica deveria ter sido considerado mais cedo, foi no entanto isto considerado no Orçamento Geral do Estado de 2009 e aprovado pelo Parlamento Nacional em 30 de Janeiro de 2009, sendo que o processo de concurso público levou mais tempo do que inicialmente previsto e por isso o consultor seleccionado só iniciou o seu trabalho em finais de Julho.

Conjuntamente com o consultor, vimos a necessidade de fazer uma imediata correcção a todo o plano de electrificação do País e conseqüentemente à correcção do respectivo contrato de "Construção das Centrais Eléctricas". Esta decisão foi também ponderada com base na preparação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, que se encontra na sua fase final, que tem como principal objectivo o desenvolvimento integrado da Nação e, neste sentido, a adicionar às já óbvias necessidades de proporcionar electricidade a todo o Povo timorense, acresce ainda garantir que este projecto tenha sustentabilidade a longo-prazo para

dar resposta às necessidades energéticas de construção de infra-estruturas, e desenvolvimento do sector agrícola, industrial e turístico, inevitáveis ao crescimento económico e ao bem-estar dos timorenses.

Este projecto totalmente inovador e crucial para o desenvolvimento da jovem Nação de Timor-Leste é sem dúvida um grande desafio, que queremos ultrapassar de forma eficiente, transparente e sustentável, para a protecção dos melhores interesses do Povo de Timor-Leste. Esta fase de transição que o País atravessa neste momento, a passagem do período de pós-conflito para uma fase de estabilidade e segurança nacional, constitui-se como uma oportunidade única para "passo a passo" criar as condições básicas de arranque do crescimento económico.

Assim, e considerando as perspectivas de investimento estrangeiro que cada vez mais o Governo tem vindo a ser capaz de atrair, assim como o desenvolvimento previsto, no norte do País, de indústrias (por exemplo mineiras) turismo e outras fábricas que permitam a redução da dependência das importações; e o plano de desenvolver fascadamente o sul do País, através da construção de uma refinaria, de uma base de abastecimento e da indústria de LNG, entre outros projectos, levaram-nos a decidir pelo aumento da capacidade produtiva de electricidade que não se resume apenas às necessidades actuais mas que, antes pelo contrário, considere o desenvolvimento de médio e longo prazo.

Neste sentido e seguindo o estudo realizado pela empresa de consultoria italiana, iremos proceder às seguintes alterações ao projecto inicial:

- As duas Centrais Eléctricas a construir, uma em Manatuto e outra em Betano, iriam ter uma capacidade produtiva de **180 Megawatts (MW)**, sendo que no plano de electrificação revisto irão passar a ter uma capacidade produtiva de **250 MW**;
- O plano inicial de construção de umas das Centrais em **Manatuto com capacidade para 120 MW** foi alterado para **Hera e com a mesma capacidade**;
- A capacidade inicial prevista da **Central de Betano** passou dos **60 MW para 130 MW**, tendo em conta as necessidade de desenvolvimento dos sectores produtivos, na costa sul, já referidos previamente;
- As Linhas de Transmissão de Alta Tensão, com a **capacidade inicial de 110 KV**, **sofreram uma alteração para 150 KV**, e a extensão das mesmas **de 630 Km para 794 Km**, tendo em conta que a solução deverá ser a mais definitiva possível. Após a revisão do plano, considerou-se que os KV previstos no plano inicial, não terão capacidade suficiente no futuro para suportar os projectos de longo-prazo. Consideramos, por isso, ser mais prudente actuar imediatamente do que esperar que o projecto esteja implementado para mais tarde ter que vir a ser reestruturado, com os respectivos custos adicionais inerentes.
- Foi ainda considerado o aumento da extensão das Linhas de Distribuição de Média Tensão de 20 KV, **para 120 Km**, de forma a cobrir os distritos, sub-distritos e as comunidades;



- Por outro lado, o plano inicial de utilizar uma estação em Hera para fazer o **Backup de Díli, mudou para a Central de Comoro**, tendo em conta as exigências das novas infra-estruturas a serem futuramente construídas na capital do País;
- Foi assim considerado que, devido às irregularidades físicas do País (a topografia), no novo “Plano de Actividades”, haveria prioridade na **construção de Torres para as Linhas de Transmissão e nas Sub-estações**, enquanto se procede à construção física das 2 Centrais Eléctricas. Estas linhas são de facto fundamentais porque mais importante do que ter um espaço de produção de electricidade, é garantir a sua distribuição à população em geral e às zonas de desenvolvimento. Neste sentido optámos por um prazo mais alargado, mas também mais prudente, para que este projecto fundamental para o arranque do crescimento económico seja a mudança estrutural que Timor-Leste precisa.
- A opção por um período mais longo de implementação deste projecto não significa, no entanto, que o mesmo não venha a ser concluído mais cedo, mas após verificação “*in loco*” dos lugares de difícil acesso, a prudência aconselhou-nos a estender o prazo de implementação e o aumento da extensão da rede de transmissão.

Após estas alterações ao projecto inicial e tendo em conta que o prazo de implementação será até ao final de 2011, **haverá assim tempo suficiente para proceder à encomenda de geradores novos para as duas Centrais Eléctricas**. Esta mudança de estratégia, que inclui, primeiro que tudo, garantir a transmissão e distribuição generalizada para assegurar o acesso às populações, permitirá a aquisição de geradores cujo período de aquisição está estimado em, pelo menos, 12 meses.

Aproveito ainda esta oportunidade para esclarecer os Distintos Deputados, que tanto as questões ambientais como a obediência aos padrões internacionais, quer nas configurações quer nos documentos contratuais, estão a ser consideradas seriamente pelo Governo.

Neste sentido, a utilização de combustíveis considerados poluentes que tanto têm gerado bulícios em alguns dos Distintos Deputados, é uma questão a ser considerada com as sugestões dos mesmos.

Devo apenas acrescentar que, seja qual for o tipo de gerador que venha a ser adquirido terá a potencialidade de usar qualquer uma das fontes de energia - gás, diesel ou óleo pesado - de acordo com o que for considerado mais adequado às circunstâncias específicas do País.

Em conclusão, quando o projecto estiver em fase de finalização de implementação, o Governo irá então apresentar ao Parlamento Nacional as várias opções de gastos em relação ao combustível a ser utilizado - dos mais caros aos menos caros - passando então a decisão a ser feita mediante a avaliação do quadro orçamental.

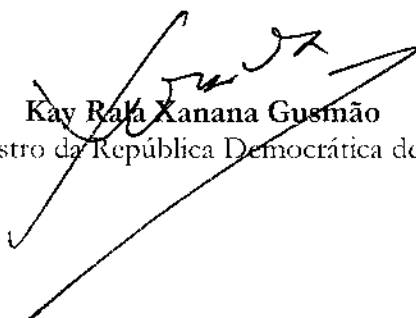
O compromisso de desenvolvimento que assumimos enquanto Governo, com responsabilidades sobre um dos países mais pobres do sudeste asiático, é uma questão de princípio e determinação. No entanto, não poderemos ignorar o contexto actual da nossa realidade, a necessidade frequente de proceder ao levantamento de dados e prioridades e a percepção dos desafios diários em várias áreas de especialidade. Exige-se por isso flexibilidade e a revisão atempada de todas as fórmulas existentes, assim como a procura de fórmulas mais eficientes.

A percepção de que a nossa sociedade é única, com grandes dificuldades em termos de *know-how* e recursos humanos, e de que só uma visão construtiva de ultrapassar em conjunto os obstáculos inerentes à nossa própria realidade não pode ser descuidada. Gostaria de ilustrar esta observação com um exemplo bem prático e do conhecimento geral de todos os Distintos Deputados – herdámos uma lei de aprovisionamento consubstanciada nas boas práticas internacionais dos países mais desenvolvidos mas, infelizmente, a nossa própria sociedade ainda está na fase de apreender os processos mais simples de preenchimento das propostas intrínsecas a este processo.

Passo a passo e com visão estratégica, seremos capazes de continuar a assegurar as necessidades básicas e imediatas de electricidade, através do investimento nos geradores e da construção das linhas de transmissão de alta tensão, enquanto podemos já investir também no futuro, a médio prazo, para alterar significativamente o estado da Nação.

Contando com a participação activa dos Distintos Deputados neste projecto de relevante interesse nacional, apresento a minha mais elevada estima e consideração.

Palácio do Governo, 4 de Novembro de 2009



**Kay Rala Xanana Gusmão**  
Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste